

# Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente Europeu 2007–2013: Uma meta-avaliação

▮ Carlos Alberto Couto da Silva Junior \*

▮ Ana Carolina Mendes Barbosa Teixeira \*\*

▮ Ovídio Orlando Filho \*\*\*

---

## Resumo

Este artigo apresenta a meta-avaliação do relatório de avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente Europeu. Para tal, foram utilizados os princípios desenvolvidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. O estudo objetivou avaliar em que medida padrões de utilidade e precisão, estabelecidos pelo Comitê, foram atendidos. Para isto, utilizou-se uma escala de gradação. As conclusões indicam que o relatório avaliativo atende a três padrões, porém há três outros que são atendidos parcialmente. Os resultados mostraram, sobretudo, que o relatório avaliativo produziu informações coesas e aprofundadas, permitiu interpretações válidas, a partir de seu processo de comunicação, e enfatizou a precisão por meio de métodos que garantiram a qualidade no tratamento das informações. As recomendações apontaram a necessidade de se identificar os *stakeholders* e suas necessidades, além de realizar uma descrição do programa e de seu contexto de forma detalhada e precisa.

**Palavras-chave:** Meta-avaliação. Padrões de utilidade e precisão.

---

\* Mestre em Avaliação, Fundação Cesgranrio; Chefe do setor de acompanhamento de projetos, Instituto Estadual do Ambiente. E-mail: carloscoutojr@yahoo.com.br.

\*\* Mestre em Avaliação, Fundação Cesgranrio; Analista de planejamento, gestão e infraestrutura em propriedade industrial, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. E-mail: acarolmbt@globo.com.

\*\*\* Doutor em Ciências da Educação, Universidade do Minho, Portugal; Professor adjunto, Mestrado Profissional em Avaliação, Fundação Cesgranrio. E-mail: ovidio@cesgranrio.org.br.

## **O Papel da Meta-Avaliação nos Programas Públicos**

A sociedade contemporânea se caracteriza, principalmente, por seu constante estado de transformação, principalmente no campo tecnológico, o qual exige a mobilização de esforços governamentais para atender às múltiplas demandas da era do conhecimento. Nesse cenário, os cidadãos impõem ao Estado e aos governantes a capacidade de adaptação constante à complexidade do sistema sob o qual estão inseridos. Por conseguinte, tem havido um crescente aumento do interesse pela qualidade dos programas, projetos, resultados, produtos, processos e serviços disponíveis à sociedade.

É nessa conjuntura que se insere a avaliação como instrumento que se destina a julgar o valor de algo em um determinado contexto, revelando, por exemplo, se houve o alcance dos objetivos propostos pelo programa ou se a qualidade esperada foi atendida.

Todavia, tão importante quanto a avaliação é a avaliação da avaliação, visto que uma avaliação mal concebida ou mal executada pode produzir, no melhor dos casos, informações equivocadas e, no pior deles, informações falaciosas. Em ambos os casos, as consequências podem ser desastrosas se não forem questionadas por um outro julgamento, ou seja, a meta-avaliação.

Assim, a avaliação da avaliação ou meta-avaliação consiste em uma apreciação crítica de um relatório de avaliação segundo critérios de qualidade. Trata-se de uma expressão democrática com o propósito de analisar criticamente não somente a avaliação de estudos específicos, mas também a avaliação de todas as funções e práticas relacionadas com o processo avaliativo (NILSSON; HOGBEN, 1983 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Em seu papel formativo, a meta-avaliação procura melhorar o estudo antes de sua conclusão e, em seu papel somativo, procura aumentar a credibilidade dos seus resultados finais (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Portanto, a meta-avaliação se traduz em um método para averiguar ou certificar a qualidade de uma avaliação anterior, exigindo para isso a análise do rigor e aplicabilidade da avaliação no que se refere ao conjunto de procedimentos, métodos, padrões, critérios de julgamento e resultados (SCHWANDT, 1989 apud GALVÃO; PEREIRA; ANNUNZIATA NETO, 2013).

É nesse sentido que os autores submeteram o relatório final da avaliação contínua de 2013 do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR) à uma meta-avaliação. Para tanto, tomou-se por base os parâmetros estabelecidos, em sua última revisão de 2011, pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 2011a), especialmente, no tocante aos padrões de utilidade e precisão.

O *Joint Committee*, grupo organizado de especialistas da área de avaliação, criou um conjunto de padrões destinados a guiar e avaliar a construção de avaliações, de modo a estimular e melhorar o diálogo entre os diversos profissionais envolvidos com a avaliação.

Segundo o *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011a), uma boa avaliação deve contemplar 30 padrões que traduzem os atributos considerados essenciais a uma avaliação de qualidade. Estes padrões são distribuídos por cinco categorias conforme a pertinência mais evidente, a saber: utilidade, exequibilidade, adequação, precisão e responsabilização.

### **O Programa de Desenvolvimento Rural**

O ProDeR consiste em um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente europeu para o período compreendido entre 2007 e 2013. O ProDeR decorre do Plano Estratégico Nacional, que, dentre diversas ações, definiu a estratégia nacional para o desenvolvimento rural em função das orientações estratégicas comunitárias. Todavia, o programa se insere em um contexto de alteração da Política Agrícola, em que se promoveu a substituição da anterior lógica intervencionista e regulamentadora do agronegócio pela atual lógica liberal e reguladora, por meio de uma ampla reforma, iniciada em 2003 (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012).

[...] a 'regulação' (mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados) seria o oposto da 'regulamentação' (centrada na definição e controlo a priori dos procedimentos e relativamente indiferente às questões da qualidade e eficácia dos resultados). (BARROSO, 2005, p. 727).

Dentro desse novo marco legal, denominado de Política Agrícola Comum, no âmbito da União Europeia, alguns países-membro foram cobrados por uma crescente

liberalização de suas regras protecionistas. Em contrapartida, esses países-membro impuseram ao mercado o maior rigor sobre a qualidade, segurança alimentar e ambiente. Dessa forma, as orientações determinantes do negócio rural passaram a ser fixadas pelo mercado, cabendo ao Estado o papel de regulador para a manutenção do equilíbrio do sistema (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012).

Desde então, a agricultura portuguesa depara-se com uma situação, de um lado, mais complexa, exigente e rigorosa, e de outro, menos regulamentada, rígida e protegida, dentro de um cenário internacional cada vez mais concorrencial (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012). É nesse contexto que surge o ProDeR para fazer face a esta mudança de paradigma. Seu objetivo consiste em desenvolver as potencialidades e vantagens competitivas deste setor, por meio de uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos naturais, humanos e financeiros. Para tanto, foram definidos três alvos estratégicos a serem perseguidos ao longo do período, a saber: a) aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; b) promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; e c) revitalizar econômica e socialmente as zonas rurais (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012).

A estes alvos estratégicos foram acrescentados, ainda, outros dois alvos de caráter transversal, a saber: a) reforçar a coesão territorial e social; e b) promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012).

Para tal fim, foram elencadas 46 ações agrupadas por 21 medidas e estas por quatro subprogramas. O subprograma 1- Produtividade da competitividade, o 2- Gestão sustentável do espaço rural e o 3- Dinamização das zonas rurais visam à promoção de ações que apoiem, de forma direta e objetiva, o alcance dos três alvos estratégicos (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012).

Já o subprograma 4- Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências visa à promoção de ações que suportem o reconhecimento do conhecimento e das competências dos agentes territoriais, ou seja, de modo a contribuir direta e objetivamente para o atingimento dos alvos transversais (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012).

Em decorrência disto, adotou-se um sistema próprio de avaliação contínua para conhecer se estas ações, medidas e resultados desejados foram, ou não, alcançados. Contudo, a avaliação de um programa amplo como este não deve se restringir ao cumprimento ou não de seus objetivos, pois só será considerada completa quando trazer outras contribuições. Desse modo, a avaliação:

[...] vai além dos índices e escalas comparativas e engendra questionamentos a respeito das significações e valores, interroga sobre as causas e investe em programas e ações para superar os problemas e deficiências. Por isso, não está somente voltada ao já realizado; precisa estar aberta à construção do futuro, a novas interpretações e possibilidades. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 218).

Em função disto, a cada ano, desde 2008, com a exceção de 2009, o ProDeR elabora e divulga relatórios finais de sua avaliação contínua, que será tratado em seguida.

### **Avaliação Contínua do ProDeR**

A avaliação contínua do ProDeR é uma avaliação anual cujo objetivo consistia em: i) produzir conteúdos esperados para as exigências da avaliação *ex-post*; ii) estabilizar uma metodologia para a estimativa dos indicadores de impacto; e iii) escrutinar o desenvolvimento do programa em função das exigências que o atual período de vida coloca na sua gestão (DOMINGOS; NEVES; MARTA-PEDROSO 2010).

De modo a alcançar os objetivos propostos, a avaliação se sustentou em uma abordagem eclética (multimétodo) que conjugou elementos quantitativos e qualitativos, por meio de um conjunto de métodos de coleta e análise de dados complementares, tais como: a análise documental, a análise estatística, os questionários, as entrevistas e os estudos de caso.

Para tanto, o relatório concentrou-se no julgamento de valor de três componentes: a) questões de avaliação específica; b) indicadores de impacto; e c) avaliação do funcionamento do programa.

O componente questões de avaliação específica pretendeu apresentar a análise da cadeia de objetivos do programa e do seu impacto ao nível macroeconômico e social, por meio de suas realizações e resultados e da opinião de especialistas, de forma complementar. O componente indicadores de impacto pretendeu apresentar os desafios metodológicos inerentes à estimativa dos indicadores previstos no quadro comum de

acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento rural. A componente avaliação do funcionamento do programa pretendeu apresentar os resultados do programa em função de uma série de aspectos: concepção e programação, gestão e acompanhamento, divulgação e identificação dos pontos fortes e fracos de execução (DOMINGOS; NEVES; MARTA-PEDROSO 2010).

Dentre os seus diversos resultados, pode-se destacar: a taxa de compromisso e execução bastante satisfatória em diversas ações do subprograma 1; o desequilíbrio entre os valores dos indicadores e metas estabelecidas na maioria das ações do subprograma 2; os níveis de adesão globalmente satisfatórios do subprograma 3, com impacto significativo no dinamismo socioeconômico e na geração de efeitos multiplicadores; e o conjunto heterogêneo de projetos e atores, abrangendo setores mais representativos nacionais (DOMINGOS; NEVES; MARTA-PEDROSO 2010).

Como principais recomendações do estudo, salienta-se o registro da necessidade em dar continuidade ao esforço de se gerir o seu excesso de reserva (demanda) em alguns componentes; e em suplantar a dificuldade em alimentar o sistema de informação específico (DOMINGOS; NEVES; MARTA-PEDROSO 2010).

### **Meta-Avaliação da Avaliação Contínua Do ProDer (2013)**

De modo a perseguir os objetivos propostos pela presente meta-avaliação, optou-se por utilizar as categorias utilidade e precisão desenvolvidas pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011a; 2011b). A opção pela escolha dessas categorias justifica-se pelo fato de que, sob o julgamento dos autores da meta-avaliação, essas categorias contemplam os pontos mais significativos para a apreciação do referido relatório, a saber: a finalidade e a fidedignidade das informações por ele recolhidas.

A categoria utilidade de uma avaliação, em linhas gerais, diz respeito ao quanto os interessados pelo programa acreditam que os processos, produtos e resultados da avaliação foram ao encontro de suas exigências. Assim, a utilidade de uma avaliação é definida pelo desejo que um determinado grupo de interessados possui em relação aos seus produtos e resultados. (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 2011a).

Portanto, a análise da utilidade do relatório de avaliação teve por objetivo examinar a variedade de seus usos possíveis para indicar o grau de proveito das informações recolhidas, ou seja, para determinar se os dados obtidos consideraram os anseios de todos os indivíduos e grupos envolvidos ou impactados pelos resultados da avaliação. Nesse sentido, procurou-se verificar até que ponto a avaliação realizada gerou informações relevantes para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de seus diversos grupos interessados.

Ainda que se reconheça a importância na aplicação dos oito padrões de utilidade estabelecidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011a), nesta meta-avaliação a decisão foi pela compreensão parcial dessa categoria por meio de três padrões que se mostraram mais pertinentes ao relatório meta-avaliado: atenção aos interessados (U2), informação relevante (U5), e produtos e processos significativos (U6).

A categoria precisão de uma avaliação diz respeito à exatidão das representações, proposições e resultados, em especial, daqueles que fundamentam os julgamentos acerca da qualidade dos programas ou de seus componentes. Para tanto, deve descrever e documentar o programa de forma clara, precisa, adequada e útil para embasar conclusões e decisões sólidas em uma situação específica (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 2011b).

Logo, uma avaliação, obrigatoriamente, dentre outros fatores, deve: a) descrever com clareza o objeto de avaliação, os seus propósitos e os procedimentos utilizados; b) certificar-se de que as fontes de informação sejam confiáveis; c) assegurar que os processos de coleta dos dados e interpretação dos resultados sejam válidos e úteis para responder às questões avaliativas formuladas; e d) justificar, explicitamente, as conclusões do estudo para que possam ser analisadas pelos principais interessados pelo programa.

Portanto, a análise da precisão do relatório de avaliação teve por objetivo indicar se o processo avaliativo foi realizado com base na definição de procedimentos, conceitos e indicadores adequados para o cumprimento dos objetivos propostos. Da mesma forma, deve possibilitar a análise da qualidade dos instrumentos e das informações geradas, a adequação da escolha dos procedimentos e técnicas de coleta dos dados, bem como a adequação da divulgação dos resultados obtidos e do acesso a eles.

Embora se reconheça a importância na aplicação de todos os padrões de precisão recomendados pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2011b), nesta meta-avaliação a opção recaiu em três padrões dessa categoria, que pareceram mais relacionados ao relatório a ser meta-avaliado: informação válida (P2), explicitação das descrições do programa e do contexto (P4) e gerenciamento da informação (P5).

Em vista disso, este estudo fixou especial atenção na identificação das principais limitações existentes no tocante às categorias e padrões informados. Dessa forma, não foram objeto de estudo as demais categorias e padrões estabelecidos pelo *Joint Committee*. A delimitação deveu-se, principalmente, em razão do exíguo período de tempo disponível para a aplicação de todas as suas categorias e padrões.

As partes interessadas pelos resultados desta meta-avaliação não só compreendem os gestores do programa, objeto do estudo, mas também todos os agentes públicos e cidadãos impactados, direta ou indiretamente, pelo programa em questão. Da mesma forma, tais resultados também poderão municiar de informações outros interessados, tais como: gestores de programas semelhantes em outras esferas governamentais ou em outros países, profissionais de avaliação, prestadores de serviços de consultoria em instituições públicas e o meio acadêmico.

Como em todo e qualquer estudo avaliativo formal têm-se limitações relativas com cada escolha metodológica realizada para o alcance dos objetivos por ele estabelecidos. Assim, a delimitação do estudo, restrito a um único relatório de avaliação de um programa público, não permite, em princípio, que as conclusões extraídas pelo estudo extrapolem, em sua totalidade, aos demais relatórios e demais situações, assim como não permite proceder a uma comparação com a realidade de outros programas públicos.

## **Resultados da Meta-Avaliação**

### **➤ Julgamento do relatório quanto aos padrões de utilidade**

Uma avaliação deve dedicar especial atenção não só a todos os sujeitos que ocupam posições dentro e fora do círculo de tomada de decisões, mas também a todos os interessados, envolvidos no programa ou por ele afetados.

Assim, no tocante ao padrão atenção aos interessados (U2), foi possível identificar que o relatório avaliativo pontuou como principais interessados a Autoridade de Gestão



do ProDer, por ter sido a entidade que encomendou a própria avaliação, e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), por ser a entidade financiadora do programa.

Contudo, haja vista que o setor agrícola é uma atividade geradora de desenvolvimento econômico e social no país, foi possível distinguir outros interessados, a saber: os agentes públicos, privados e associativos (como institutos, associações, fundos regionais, grupos de ação local, empresas, agricultores, especialistas etc.) e a própria população local.

Da mesma forma, as informações produzidas por uma avaliação devem servir aos anseios de todas as partes interessadas identificadas, sob a forma de recomendações para o processo de tomada de decisões, de modo a responder as perguntas avaliativas do estudo.

Assim, no tocante ao padrão informação relevante (U5), foi possível identificar que o relatório avaliativo respondeu a um conjunto de questões específicas selecionadas de acordo com os critérios previamente definidos pela Autoridade de Gestão do programa. Neste caso, a avaliação produziu dados para dar continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido com vista à estabilização de uma possível metodologia para a estimativa dos indicadores de impacto do programa.

Nessa mesma linha, os processos e produtos de uma avaliação são considerados significativos quando geram novos conhecimentos e estimulam as partes interessadas a aprender mais sobre o programa, mesmo depois de encerrada a avaliação formal. Logo, as atividades, resultados e julgamentos resultantes da avaliação devem favorecer o seu uso.

Assim, no tocante ao padrão produtos e processos significativos (U6), foi possível identificar que o relatório avaliativo produziu informações coesas e aprofundadas, com a apresentação clara dos níveis de cumprimento dos vários indicadores do programa. Nesse sentido, os trabalhos foram direcionados para a produção de conteúdos esperados pela avaliação *ex-post*, a qual abarca todo o período de intervenção, concentrando-se nos resultados finais da avaliação, com o objetivo de contribuir com posteriores intervenções.

Ademais, a abordagem metodológica escolhida para a coleta e análise de dados foi eficiente e contribuiu para a produção de um estudo avaliativo consistente, pois

contemplou diferentes métodos, como: análise documental, análise estatística, questionários, entrevistas e estudos de caso, além da utilização de outras fontes que ofereceram informações confiáveis. Sendo assim, as análises elaboradas e apreciações produzidas, no âmbito da elaboração das respostas às questões, foram sempre enquadradas em termos do impacto do programa.

Outro ponto a destacar foi a combinação da avaliação qualitativa com os métodos quantitativos para os casos em que os resultados da análise quantitativa não produziram respostas suficientemente significativas, além do fato de ser o método mais adequado para responder às questões de o porquê e o como o Programa produziu determinados efeitos.

➤ Julgamento do relatório quanto aos padrões de Precisão

As informações produzidas por uma avaliação devem, necessariamente, servir aos propósitos pretendidos pelo estudo. Nesse sentido, os procedimentos para a coleta de dados devem ser escolhidos de modo a assegurar a pertinência das informações com vistas à produção de interpretações válidas.

Assim, no tocante ao padrão informação válida (P2), foi possível identificar que o relatório avaliativo, a partir dos propósitos apresentados, expõe dados e informações para responder às suas questões específicas. Em complemento, avalia os aspectos de gestão que favorecem o impacto do programa, como o desempenho funcional e processual e a execução financeira.

Da mesma forma, uma avaliação deve descrever o programa e o contexto que o circunda de forma precisa e detalhada mediante abrangência adequada aos seus propósitos. Para tanto, deve utilizar terminologias inteligíveis, ou seja, deve ser acessível a todos os públicos interessados.

Assim, no tocante ao padrão Explicitação das Descrições do Programa e do Contexto (P4), foi possível identificar que o relatório avaliativo descreve de forma detalhada o programa e o seu contexto, assim como o funcionamento dos subprogramas e de suas características. Porém, para se conhecer as diversas ações e medidas do programa, citadas ao longo de todo o documento, foi preciso proceder a uma consulta ao *site* do programa.

Nessa mesma linha, uma avaliação deve descrever todas as etapas metodológicas a serem percorridas de modo a proteger a validade das informações durante a seleção, coleta e armazenagem. Desse modo, é preciso que haja um gerenciamento eficiente das informações para proteger a sua qualidade por meio de representações precisas. Ao mesmo tempo, as influências devem ser mitigadas e os erros na armazenagem evitados para não corromper ou alterar os resultados.

Assim, no tocante ao padrão Gerenciamento da Informação (P5), foi possível identificar que o relatório avaliativo apresenta a abordagem metodológica que foi utilizada para obter respostas aos objetivos da avaliação. A abordagem conjugou um conjunto de métodos de coleta e análise de informação, articulando elementos quantitativos com qualitativos por meio de uma lógica de encadeamento de resultados das várias vertentes da avaliação. Por fim, a elaboração das respostas às questões específicas se assentou, grandemente, na análise das realizações e resultados das medidas, sendo, sempre que necessário, complementada com a opinião de especialistas a partir do tratamento das informações obtidas pela aplicação dos questionários e pela realização das entrevistas e dos estudos de caso.

### Conclusões e Recomendações

Tendo em vista tudo aquilo que foi exposto na seção de resultados da meta-avaliação, neste momento, os autores promoveram o julgamento do referido relatório meta-avaliado, no que concerne ao atendimento dos padrões elencados por este estudo avaliativo. Para tanto, como forma de distinguir o grau de atendimentos dos padrões, utilizou-se a seguinte escala de gradação: (A) Atende; (AP) Atende Parcialmente; e (NA) Não Atende.

Quadro1 – Resumo das conclusões da meta-avaliação

<b>Padrão de Meta-avaliação</b>	<b>Julgamento</b>
<b>Utilidade</b>	
U2 – Atenção aos Interessados	AP
U5 – Informação Relevante	AP
U6 – Processos e Produtos Significativos	A
<b>Precisão</b>	
P2 – Informação Válida	A
P4 – Explicitação das Descrições do Programa e do Contexto	AP
P5 – Gerenciamento da Informação	A

Legenda: (A) Atende; (AP) Atende Parcialmente; e (NA) Não Atende.

Fonte: Os autores (2016).

O padrão atenção aos interessados (U2) apregoa que a coleta das múltiplas perspectivas acerca do programa em ação, por parte daqueles que possuem interesse legítimo no programa ou que são atendidos por ele de maneira significativa, deve ocorrer no início da avaliação para confirmar ou, até mesmo, negociar os seus propósitos. Tais discussões representam uma importante fonte de dados para a devida compreensão do programa e de seu contexto e, também, para identificar os indivíduos que ocupam posições dentro e fora do círculo de tomada de decisões. Esse tipo de interação possibilita a identificação de alguma consequência não desejada do programa e a verificação da adequação das suas questões de avaliação. Dessa forma, as avaliações realizadas sem levar em conta inequidades, contradições e conflitos podem ter suas possibilidades de utilização reduzidas, assim como podem desperdiçar o potencial humano e as oportunidades de melhoria social.

Nesse sentido, entendeu-se que o relatório avaliativo **atende parcialmente** ao padrão atenção aos interessados (U2), haja vista a falta de registro do envolvimento das partes interessadas ou afetadas pelo programa.

O padrão informação relevante (U5) recomenda que uma avaliação deve exigir decisões adicionais acerca dos tipos de informação considerados como mais importantes, das fontes de informação vistas, no contexto da avaliação, como as mais confiáveis e da quantidade de informações requeridas para dotar de credibilidade a avaliação. Desse modo, uma informação só pode ser considerada como relevante quando estiver conectada diretamente com os propósitos da avaliação e com os interesses das partes, devendo ser tema de discussão e negociação com avaliadores e usuários da avaliação. Portanto, depende da credibilidade de suas fontes (confiáveis e valiosas) e da aceitabilidade dos processos empregados para coleta e análise pelos interessados.

Assim, concluiu-se que o relatório avaliativo **atende parcialmente** ao padrão informação relevante (U5), em função da ausência de apontamento de sua vinculação com outros interessados, além do requisitante e financiador da avaliação.

O padrão processos e produtos significativos (U6) preconiza que os processos e produtos de uma avaliação só serão conceituados como significativos quando assim foram considerados pelas partes interessadas. Portanto, uma avaliação pode ser tecnicamente correta e justificável, pelo ponto de vista do avaliador, mas pode não possuir utilidade, caso não atenda aos interesses das partes. Para tanto, os avaliadores devem se empenhar em: a)

projetar atividades que garantam a adequação dos processos de seleção, coleta e análise de dados aos interesses das partes; b) tornar claros e funcionais as descrições, julgamentos, produtos e resultados da avaliação para as partes interessadas; e c) estimular o aprendizado a respeito do programa por parte dos interessados.

Desse modo, o entendimento foi que o relatório avaliativo **atendeu** ao padrão processos e produtos significativos (U6), ainda que estivesse restrita aos propósitos do requisitante e financiador da avaliação.

O padrão informação válida (P2) defende que uma informação só será conceituada como válida quando permitir interpretações válidas por parte dos interessados, ainda que haja diferenças na interpretação de linguagens e experiências entre estes. Assim, todas as informações contidas na avaliação devem ser explicitadas, examinadas e fundamentadas em teoria, para que assim possam constituir a base para a compreensão precisa do objeto. Qualquer conceito incompleto ou mal explicado pode criar mal-entendidos capazes de prejudicar a precisão. Dessa forma, o consenso sobre o significado exato dos termos utilizados na avaliação, geralmente, exige comunicação e explicação adicionais a respeito das diferenças conceituais, da terminologia, das descrições e dos exemplos.

As informações da avaliação precisam oferecer evidências suficientes, com extensão e profundidade adequadas aos objetivos, tais como a documentação de teorias subjacentes e de componentes do programa, além de outros elementos relacionados. A abrangência se refere ainda às várias fontes de informação e aos métodos para a coleta dessas informações, com base em perspectivas e opiniões diferentes, ligadas aos objetivos da avaliação. (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 2011b, p. 6-7).

Nesse sentido, o julgamento foi que o relatório avaliativo **atendeu** ao padrão informação válida (P2), por permitir interpretações válidas a partir de seu processo de comunicação.

O padrão explicitação das descrições do programa e do contexto (P4) indica que uma avaliação deve esclarecer exatamente o que está sendo avaliado e como é feita a contextualização. Portanto, é preciso descrever de forma abrangente e detalhada o programa em si (políticas, componentes, regulamentos, procedimentos, processos, atividades, recursos, infraestrutura, desempenhos, metas e resultados) e o contexto que o cerca (programas, projetos e fatores que afetam a qualidade, o desempenho, o

resultado e a adoção). Assim, espera-se que a avaliação seja capaz de transmitir aos usuários da avaliação uma perspectiva comum, a partir de documentação e descrição confiáveis, de modo a permitir a comparação entre o executado e o prescrito, permitindo julgamentos a respeito da extrapolação dos resultados e de sua generalização em novas adoções.

Dessa forma, deduziu-se que o relatório avaliativo **atendeu parcialmente** ao padrão explicitação das descrições do programa e do contexto (P4), em virtude da inexistência de descrição de suas medidas e ações.

O padrão gerenciamento da informação (P5) prescreve que uma avaliação deve enfatizar a precisão da informação por meio de métodos que assegurem a qualidade no tratamento dessa informação como forma de garantir sua seleção, equilíbrio, coleta e armazenamento corretos. Ademais, deve-se atestar que as informações, tanto em sua versão original quanto em sua versão processada, sejam documentadas e devidamente guardadas por um período adequado de tempo, de modo a facilitar análises adicionais, caso surjam dúvidas ou novos objetivos. Da mesma forma, é exigido o acesso a esta informação, em suas formas original e analisada, caso sejam requeridas por usuários autorizados. O armazenamento deve ser feito de tal modo que se impeçam alterações diretas e indiretas, distorções e destruição, e que se evitem prejuízos à propriedade ou ao valor potencial da informação.

Por conseguinte, entendeu-se que o relatório avaliativo **atendeu** ao padrão gerenciamento da informação (P5), em razão de sua abordagem metodológica e de seu adequado processo de armazenamento das informações.

De acordo com a percepção dos autores e com as conclusões apresentadas, entende-se, portanto, que o relatório avaliativo objeto deste estudo carece de algumas melhorias a serem desenvolvidas em sua próxima avaliação, tendo em vista que três dentre os seis padrões selecionados para a meta-avaliação foram atendidos parcialmente: atenção aos interessados (U2), informação relevante (U5) e explicitação das descrições do programa e do contexto (P4).

Neste sentido, recomenda-se que, na próxima avaliação, sejam utilizados processos que sirvam de base para a determinação dos propósitos da avaliação a partir da identificação de todas as partes interessadas, que sejam selecionadas informações que

identifiquem as necessidades dos sujeitos envolvidos e que a descrição do programa e de seu contexto seja mais detalhada e precisa.

## Referências

BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out., 2005.

DOMINGOS, T.; NEVES, A. O.; MARTA-PEDROSO, C. *Avaliação contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013*: Relatório final de avaliação intercalar. Lisboa, Portugal, 2010. Disponível em: <<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329&eid=263>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluations users*. Los Angeles, CA: Sage, 2011a. (Parte I: Padrões de Utilidade).

\_\_\_\_\_. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluations users*. Los Angeles, CA: Sage, 2011b. (Parte IV: Padrões de Precisão).

GALVÃO, M. C; PEREIRA, H.; ANNUNZIATA NETO, L. *A meta-avaliação como instrumento de qualificação do processo de autoavaliação em uma instituição de ensino superior no Rio de Janeiro*. Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), 2013.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Portugal). *Perfil do PRODER*. 2012. Disponível: <<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329&eid=263>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): Do provão ao sinaes. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar., 2010.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

Recebido em: 13/04/2016

Aceito para publicação em: 21/07/2016



## **Continuous Evaluation of the European Rural Development Program 2007-2013: a meta-evaluation**

### **Abstract**

This study presents an evaluation report on the meta-evaluation of the European rural development program. To this end, the principles developed by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation were used. The study aimed to evaluate to what extent utility and accuracy patterns established by the Committee have been met. For this purpose, a grading scale was used. The findings indicate that the evaluation report meets three standards, although three others are only partially met. The results showed, above all, that the evaluation report produced cohesive and in-depth information, allowed valid interpretations from their communication process and emphasized accuracy through methods that ensured quality in the information processing. The recommendations pointed out the need to identify the stakeholders and their needs, as well as prepare a description of the program and its context with detail and accuracy.

**Keywords:** Meta-evaluation. Utility and accuracy standards.

## **Evaluación Continua del Programa de Desarrollo Rural del Continente Europeo 2007–2013: Una metaevaluación**

### **Resumen**

Este trabajo presenta la metaevaluación del informe de evaluación del Programa de Desarrollo Rural del Continente Europeo. Con este fin, se utilizaron los principios del Comité Conjunto de Estándares para la Evaluación Educacional (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation). El objetivo del estudio fue evaluar lo establecido por el Comité, analizar si se han cumplido los patrones de medida de utilidad y precisión. Para ello, se utilizó una escala de clasificación. Los resultados indican que el informe de evaluación atiende a tres estándares, y a otros tres parcialmente. Los resultados mostraron, principalmente, que el informe de evaluación produjo informaciones cohesivas y profundas, permitió interpretaciones válidas, a partir de su proceso de comunicación, e hizo hincapié en la precisión a través de métodos que garantizaron la calidad en el procesamiento de la información. Las recomendaciones aconsejan

identificar las partes interesadas y sus necesidades y realizar una descripción del programa y su contexto en detalle y con precisión.

**Palabras clave:** Metaevaluación. Patrones de utilidad y precisión.